



*Conselho Nacional de Justiça*

**PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 200810000004783 e  
Nº 200810000001204**

**RELATOR : CONSELHEIRO JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO  
SÁ**  
**REQUERENTE : VASTÍ MARIA DE JESUS**  
**REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO**  
**ASSUNTO : NOMEAÇÃO JUÍZES - TJES - CORREGEDORES -  
ALEGAÇÕES - PARENTESCO NOMEADOS -  
CORREGEDOR - PROIBIÇÃO - QUALIFICAÇÃO  
CORRETA - JUÍZES ENTRÂNCIA ESPECIAL - PEDIDO -  
CNJ ANULE NOMEAÇÕES.**

**PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS. AUSÊNCIA DE  
OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO.  
REJEIÇÃO.**

**O pedido de esclarecimentos somente é cabível nas  
estritas hipóteses de obscuridade, contradição ou  
omissão (art. 21 do RICNJ).**

**Pedido de esclarecimentos rejeitado.**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Pedido de Esclarecimentos, formulado por GIL VELLOZO TADDEI, relativamente à decisão do Plenário deste Conselho Nacional de Justiça na 64ª Sessão Ordinária, realizada em 10 de junho de 2008, que declarou a nulidade e determinou o desfazimento dos atos de designação do requerente e do Juiz de Direito Gustavo Marçal da Silva e Silva para função de juiz auxiliar da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

A decisão contém a seguinte ementa:

**EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO.  
DESIGNAÇÃO DE JUIZES DE DIREITO PARA FUNÇÃO DE JUIZ AUXILIAR  
DA CORREGEDORIA-GERAL. FUNÇÃO DESTINADA APENAS AOS JUÍZES  
DE ENTRÂNCIA ESPECIAL SEGUNDO ANTERIOR DECISÃO DO PLENÁRIO  
DO TJ/ES. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE E  
IMPESSOALIDADE. NEPOTISMO. DESIGNAÇÃO DE JUIZ DE DIREITO  
FILHO DO CORREGEDOR-GERAL.**

1. É inválida a designação de juízes de Direito de primeira entrância para a função de juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça do Espírito Santo, em desacordo com anterior deliberação do Plenário do Tribunal no sentido de destinar o exercício de tal função exclusivamente aos integrantes da entrância especial. Violação aos princípios da moralidade e da impessoalidade.
2. Caracteriza violação aos princípios da moralidade e da impessoalidade a designação de juiz de Direito de primeira entrância, filho do Corregedor-Geral, para exercer as funções de juiz auxiliar da Corregedoria.
3. Aplicação ao caso, por assimilação, dos princípios que fundamentam a proibição de nepotismo no Poder Judiciário a toda situação que importe favorecimento, em razão das relações e parentesco ou de família. Precedente do CNJ (PCA 574, Rel.Cons. Paulo Lobo, julgado em 23 de outubro de 2007). Procedência dos pedidos para invalidação dos atos questionados.

O requerente pede, em síntese, que “*seja esclarecido o fundamento da aplicação da Resolução nº 7, do CNJ, ‘por assimilação’, uma vez que a divergência verificada no julgamento excluiu a caracterização do nepotismo, que todavia parece estar contida na conclusão do d. voto*”.

### **É o relatório.**

### **VOTO**

O pedido de esclarecimentos não merece acolhimento. Não há obscuridade, dúvida ou contradição a ensejar esclarecimentos.

A declaração de nulidade do ato tem dois fundamentos principais: a) violação da deliberação unânime do Plenário do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, na Sessão de 13/11/2003, que reduziu o universo dos juízes habilitados ao exercício das funções de auxiliar da Corregedoria aos integrantes da entrância especial na organização judiciária do Espírito Santo; b) aplicação por assimilação do regramento editado por este Conselho, através da Resolução n. 7, acerca da vedação de nepotismo.

Eis o trecho do voto em que é mencionada a Resolução nº 7, que trata da vedação de nepotismo:

“Nessa perspectiva, entendo aplicável por assimilação o regramento editado por este Conselho, através da Resolução n. 7, acerca da vedação de nepotismo. Como bem assinalou o Conselheiro Paulo Lobo, em voto proferido no PCA 574, julgado em 23 de outubro de 2007, “*os princípios que alicerçam a proibição de práticas de nepotismo no Poder Judiciário, notadamente os da impessoalidade e da moralidade administrativas, alcançam qualquer situação de favorecimento, em razão das relações e*

*parentesco ou de família, e nesse sentido também deve ser interpretada a Resolução CNJ no 7/05” (PCA 574, Rel. Cons. Paulo Lobo, julgado em 23 de outubro de 2007)”.*

Conforme se vê do trecho do voto, a disciplina contida na Resolução nº 7 foi aplicada ao caso por *assimilação*, estabelecendo-se comparação por *semelhança* com as hipóteses previstas naquela norma. Importa dizer que a situação fática não se ajusta às hipóteses previstas na Resolução n. 7 como caracterizadoras de nepotismo. Todavia, por assimilação, aplicam-se à situação dos autos os princípios que inspiram a proibição de prática de nepotismo.

Em face do exposto, rejeito o pedido de esclarecimentos.

É como voto.

Brasília, 29 de julho de 2008.

**Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá**  
**Relator**